

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVIII nº 745
3 a 16 de abril de 2017

TERCEIRIZAÇÃO

PROJETO APROVADO
PELA CÂMARA DOS
DEPUTADOS MODERNIZA
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA



Sistema FIRJAN | www.firjan.com.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

COMÉRCIO EXTERIOR: SEMINÁRIO ORIENTA EMPRESAS A IDENTIFICAR NOVOS MERCADOS

A inserção no comércio exterior possibilita a diversificação de mercados e a maior estabilidade em face a turbulências internas. Por isso, a FIRJAN Internacional organizou *workshop* para apresentar aos empresários

ferramentas para identificar mercados estrangeiros, divulgar produtos e fazer negócios com o exterior.

Cecília Gomes, consultora de Comércio Exterior dos Correios, palestrou sobre a plataforma Invest&Export Brasil, que reúne informações sobre oportunidades de negócios e investimentos, pesquisa de mercado sobre países e setores. Ela ressaltou que fazer parte dessa base de dados dá maior credibilidade às empresas que estão optando pelo comércio internacional: "A ferramenta é grande aliada dos empresários".

Entre as ações para promover negócios internacionais, o Sistema FIRJAN oferece assessorias e capacitações para o empresário interessado em ingressar no comércio exterior, além de emitir documentos como o Certificado de Origem, o Atestado de Não Similaridade e o Ata Carnet. O seminário "Como Identificar Mercados Internacionais" aconteceu em 21 de março, na sede da Federação.

Vinicius Magalhães



Empresários no seminário promovido pela FIRJAN Internacional

INCENTIVO FISCAL É DEBATIDO EM SIMPÓSIO DE ECONOMIA

A diretora de Desenvolvimento Econômico do Sistema FIRJAN, Luciana de Sá, apresentou as propostas da Federação para a saída do estado do Rio da crise atual, em simpósio promovido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Luciana ressaltou que a política de incentivos fiscais não foi a causa da crise do estado: "Sem essa política, as empresas reduzirão pessoal, fecharão as portas ou sairão do estado, agravando ainda mais o quadro que enfrentamos".

Ela defendeu que é preciso adequar o tamanho do Estado ao novo cenário econômico e observou que o Rio precisa criar um ambiente de negócios mais atrativo por meio da manutenção dos incentivos fiscais e do lançamento de um programa ativo de estabelecimento de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões. O evento "A crise fiscal do estado do Rio de Janeiro: perspectivas e horizontes" aconteceu em 10 de março, em Botafogo.

REAJUSTE TARIFÁRIO DA LIGHT É REDUZIDO PARA INDÚSTRIA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definiu o reajuste da tarifa da Light em 11,89%. A princípio, o aumento previsto para o setor industrial era de 20,56%. Em reuniões realizadas com a Aneel, o presidente do Conselho de Consumidores da Light, e atual presidente do Sindistal, Fernando Cancelli, alertou para os impactos que o reajuste teria para as indústrias fluminenses.

foi discutida a antecipação da revisão tarifária da concessionária, antes prevista para 2018.

A Enel Distribuição Rio (antiga Ampla) também anunciou o reajuste tarifário anual, que terá redução média de 6,51% para os consumidores industriais. A medida, segundo a distribuidora, reflete a queda nos custos para aquisição de energia.

Em reunião do Conselho Empresarial de Energia Elétrica, com a presença da presidente da Light,

As novas tarifas da Light e da Enel entraram em vigor em 15 de março.

EMPRESÁRIOS DE PETRÓPOLIS CONHECEM NOVAS TECNOLOGIAS DE IMPRESSÃO

O Sistema FIRJAN e o Sindicato das Indústrias Gráficas de Petrópolis (Sigrap) levaram 20 empresários para a ExpoPrint Digital, em São Paulo. A feira apresentou novidades no mercado de impressão digital, como o uso de tecnologia 3D.

Valter Zanacoli, presidente do Sigrap, acredita que a impressão digital otimizará o trabalho das gráficas: "A impressão digital está cada vez mais eficiente e eficaz, reduzindo os custos e tornando-se bastante competitiva. Devemos nos aproximar dessas novidades que vão contribuir diretamente para nossa atividade diária", afirma Zanacoli, que é vice-presidente da Representação Regional da FIRJAN/CIRJ na Região Serrana.

A feira também apresentou softwares de gestão que criam um sistema integrado de produção, além de palestras técnicas sobre novas tecnologias. A ExpoPrint Digital aconteceu de 15 a 18 de março.

ESPECIALISTAS DOS EUA DÃO CONSULTORIA A PRODUTORES DE AUDIOVISUAL

O Sistema FIRJAN e o Sindicato da Indústria do Audiovisual (Sicav) promoveram o Workshop de Produção Criativa com especialistas do Producers Guild of America (PGA), instituição que representa, protege e promove os interesses dos produtores nos Estados Unidos. Ao longo do ano, as 25 produtoras que participaram da oficina serão capacitadas para acessar o mercado internacional durante o American Film Market, que ocorre em novembro, nos Estados Unidos.

A iniciativa integra o projeto de Internacionalização da Indústria do Audiovisual fluminense, que tem financiamento do Programa de Apoio à Competitividade de Pequenas e Micro Empresas (Procomp), desenvolvido pela Confederação Nacional da Indústria e Sebrae. A consultoria do PGA ocorreu no SENAI Laranjeiras entre 13 e 17 de março.

FIRJAN E SINDBORJ PROMOVEM ENCONTRO SOBRE QUESTÕES TRABALHISTAS

O desembargador Paulo Marcelo de Miranda Serrano apresentou a visão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) sobre o negociado e o legislado, em reunião promovida pelo Sistema FIRJAN e o Sindicato das Indústrias de Artefatos de Borracha do Rio de Janeiro (Sindborj). O encontro aconteceu no âmbito do Comitê de Relações Trabalhistas, grupo composto por grandes empresas do estado do Rio que se reúne mensalmente para debater o tema.

"A reunião proporcionou a interação entre empresas, o sindicato e a FIRJAN para discutir uma questão muito relevante para organizações de todos os portes, que é a relação entre os sindicatos patronais e dos trabalhadores", disse Marcello Tounillon Ramos, presidente do Sindborj. O encontro reuniu

representantes da Michelin, Oi, Vale e Rede Globo, entre outros. O evento foi realizado em 17 de março, na sede do Sindicato.



Encontro do Comitê de Relações Trabalhistas, que reúne empresas fluminenses

Vinícius Magalhães

PORTAL ÚNICO: NOVO PROCESSO DE EXPORTAÇÃO SIMPLIFICARÁ OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR PARA INDÚSTRIAS

O novo processo de exportação do Portal Único do Comércio Exterior trará mais agilidade e simplificação para as empresas que realizam vendas externas. Lançada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), a iniciativa deverá reduzir em 40% o tempo médio dessas operações e em 60% o preenchimento de informações. A implantação do Portal Único é um dos pleitos do Sistema FIRJAN, que ajudou em seu projeto de estruturação. A conclusão do programa é uma das propostas do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025.

A primeira etapa da iniciativa atingirá cerca de 25 mil empresas em todo o país e mais de 5 milhões de operações de exportação. Além da declaração única, há benefícios como a automatização da checagem de informações e a realização de fluxos processuais de forma paralela, e não mais sequenciais, para reduzir o tempo dos processos.

Renato Agostinho, diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior (Decex) do MDIC, ressalta que as mudanças foram feitas a partir da avaliação, em conjunto com a FIRJAN e o setor privado, de que havia etapas redundantes. Com a iniciativa, o portal reduz de 98 para 36 os dados exigidos às empresas.

“Antes, uma mesma informação era prestada várias vezes. Temos exemplos emblemáticos disso como o CNPJ, que chegava a ser apresentado 18 vezes durante um processo. A partir de agora, uma vez reportado um dado, ele



Guarim de Lorena

A primeira etapa do novo processo beneficiará cerca de 25 mil empresas no Brasil

será aproveitado para todos os controles”, ressaltou o diretor.

Neste primeiro momento são contempladas as exportações feitas pelo modal aéreo, que demanda menos integrações sistêmicas, abrangendo os aeroportos Galeão, Guarulhos, Viracopos e Confins. Segundo o cronograma do governo, a etapa de importação e os demais modais serão incluídos até o final de 2017.

DESBUROCRATIZAÇÃO

Uma das principais mudanças do novo processo é a redução de etapas e de declarações pedidas pelos órgãos anuentes. Em substituição à exigência de três documentos, haverá a Declaração Única de Exportação (DU-E), cujas informações serão integradas com a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) das mercadorias a serem exportadas. Para Ricardo Keiper, diretor de Supply Chain da GE Celma, a medida irá combater um dos

grandes gargalos enfrentados pelas empresas: o excesso de informações a serem prestadas ao longo das etapas de exportação.

“Para nossa companhia, que vende para o exterior cerca de 96% da produção, é um avanço significativo. Trata-se de uma forma moderna e inovadora de exportar. O país que tem pretensão de competir internacionalmente tem que simplificar processos”, afirmou Keiper.

Ele lembra que, desde o início do lançamento do Portal Único, em 2014, houve melhorias para desburocratizar as operações. Keiper acredita que a ampliação dos serviços favorecerá a competitividade da indústria brasileira. “A burocracia aumenta os custos das empresas. Isso porque somos obrigados a ter uma equipe maior para processar mais dados. Na contramão da crise, crescemos 13% em 2016 nas exportações.



O governo tem que ser parceiro das empresas e facilitar a realização de negócios”, observou.

Na avaliação de Kayza Melo, do Departamento de Comércio Exterior da Dentsply, as reformas serão importantes para agilizar os procedimentos das vendas externas da companhia, que tem negócios com cerca de 20 países e que representam 30% de sua produção. “Em razão da complexidade, nós terceirizamos o serviço de fornecimento de informações aos órgãos anuentes. Mas temos boas expectativas com toda ação criada para melhorar processos”.

Segundo Renato Agostinho, o Portal Único cumpre gradualmente a meta de facilitar as operações de comércio exterior, com ganhos como a possibilidade de anexação eletrônica de documentos. A meta é reduzir de 13 para oito dias o tempo que as empresas têm para concluir a exportação. “Atualmente 99% dos processos já são feitos dessa forma. Essas reformas progressivas fizeram com que o Brasil subisse posições no indicador de comércio exterior do relatório anual ‘Doing Business’, do Banco Mundial”, destacou.

Bruno Fricke, gerente de Supply Chain da Produtos Roche Químico e Farmacêutico, pontua que, além da simplificação, a maior agilidade proporcionada pelo Portal Único é primordial para aumentar as exportações. “Identificamos melhoras, mas é preciso que haja ainda mais eficiência. A integração entre os órgãos anuentes é importante, temos que avançar no tempo de resposta das autorizações, que pode ser mais célere”, disse.

Para o Sistema FIRJAN, o lançamento do novo processo de exportação representa um relevante passo para promover

a competitividade das indústrias brasileiras. “Essa iniciativa irá simplificar e impulsionar nossas operações de exportação. Continuaremos acompanhando as evoluções do Portal Único e esperamos que ele seja totalmente implantado o mais

rápido possível”, concluiu Fernando Saboya de Castro, assessor do Conselho Empresarial de Relações Internacionais da FIRJAN.

O novo processo de exportação foi lançado em 22 de março. Saiba mais em www.portalsiscomex.gov.br.

CONHEÇA O NOVO PROCESSO DE EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS PARA OS EXPORTADORES

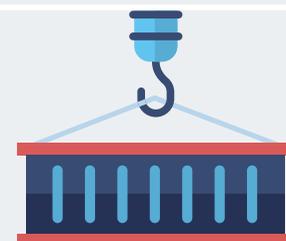
40% DE REDUÇÃO DO PRAZO MÉDIO PARA EXPORTAÇÃO É A EXPECTATIVA

GUICHÊ ÚNICO IMPLEMENTADO ENTRE EXPORTADORES E GOVERNO

REDUÇÃO DE BUROCRACIA

Eliminação de documentos - OS ATUAIS SERÃO SUBSTITUÍDOS POR UM SÓ DOCUMENTO, A DECLARAÇÃO ÚNICA DE EXPORTAÇÃO (DU-E)

Fluxos processuais paralelos - DESPACHO ADUANEIRO, MOVIMENTAÇÃO DA CARGA E LICENCIAMENTO E CERTIFICAÇÃO DEIXAM DE SER SEQUENCIAIS E TERÃO REDUÇÃO DE TEMPO



Exclusão de etapas processuais, REDUZINDO BUROCRACIA

Integração COM A NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Automatização da checagem DE INFORMAÇÕES



REGULAMENTAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO MODERNIZA RELAÇÕES DE TRABALHO E CONTRIBUI PARA AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

A aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei (PL) nº 4.302/1998, que regulamenta a terceirização, representa um importante avanço para modernizar as relações laborais no país. O PL estende os prazos de contratos de trabalho temporários de três para seis meses, com possibilidade de prorrogação por mais 90 dias, além de permitir que as empresas terceirizem todas as atividades. É importante esclarecer que o texto não autoriza expressamente a terceirização da atividade-fim, porém, o PL não menciona qualquer proibição a isto. A ampliação da terceirização atende a um pleito dos industriais fluminenses, incluído no Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025.

O PL é um dos tripés da Reforma Trabalhista proposta pelo governo federal, que será complementada por outros projetos de lei, como o que valoriza as negociações coletivas. Para Renan Feghali, vice-presidente do Conselho Empresarial de Política Social e Trabalhista do Sistema FIRJAN, a regulamentação acontece em um momento chave para o país, uma vez que contribuirá para reduzir o índice de desemprego.

“A aprovação da terceirização é extremamente oportuna. Não se trata de uma medida que precariza a relação de trabalho, porque os direitos dos trabalhadores estão garantidos. Mas torna mais dinâmica tanto a gestão da produção quanto o gerenciamento da área administrativa das empresas”, disse. Para o empresário, a contratação terceirizada vai ao encontro das práticas já exercidas nas economias mais avançadas do mundo. Segundo ele, esse modelo traz como um de



Divulgação/Câmara dos Deputados

Deputados na votação do PL 4.302/1998: regulamentação da terceirização aprovada

seus principais benefícios a maior especialização das atividades, com ganho de produtividade para as indústrias. “Uma empresa que não se sente preparada para fazer um aumento de produção imediato, pode contratar outra companhia para assumir determinadas etapas nas quais seja especializada. Toda a cadeia se torna mais flexível e dinâmica”, complementou.

NOVAS REGRAS

Estão previstos no PL avanços como o reconhecimento da chamada “quarteirização”, que possibilita às terceirizadas contratarem mão de obra de outras empresas. Também de acordo com o projeto aprovado, contratantes serão responsáveis subsidiárias pelas obrigações trabalhistas das prestadoras de serviço, e não solidárias. Com isso, a cobrança de débitos trabalhistas será direcionada, primeiramente, à empresa terceirizada, que contrata o trabalhador. Somente após esta comprovar não ter mais recursos,

a dívida é assumida pela empresa tomadora de serviço.

“Esse entendimento é o mais sensato. A empresa não pode ser responsável pelos erros da companhia contratada”, avalia Carlos Di Giorgio, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro (Sigraf) e diretor do Sistema FIRJAN.

Di Giorgio ressalta que, para a indústria gráfica, a terceirização é um aspecto primordial para o incremento da produtividade. Segundo ele, há uma série de etapas da produção que podem ser realizadas por empresas especializadas, otimizando o tempo e reduzindo custo para as indústrias.

“Há atividades como a de cortes especiais e de vernizes que geralmente são feitas por companhias terceirizadas. O projeto vem para dar mais segurança jurídica às indústrias que contratam esses serviços. Hoje, a maioria das ações

que são ajuizadas na Justiça do Trabalho diz respeito a essas questões”, disse.

Luiz Carlos Renaux, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Fósforos, aponta a aprovação da medida como benéfica para reduzir custos com etapas da produção que são sazonais. “Há funções que não precisam de empregados permanentes para desempenhá-las. Por exemplo, para a plantação agrícola, certas operações duram três ou quatro meses apenas. A mão de obra temporária

terceirizada, nesses casos, é a mais adequada”, defende.

Para o Sistema FIRJAN, a regulamentação e ampliação da contratação terceirizada traz mais segurança jurídica, aspecto crucial para as empresas que buscam nesse modelo mão de obra especializada e o aumento de competitividade. Pedro Capanema, consultor Jurídico da Federação, destaca que a proposta é um avanço significativo e responde a uma relevante demanda do setor privado para simplificar a contratação de trabalhadores.

“A aprovação do marco legal das terceirizações foi um importante passo no sentido da ampliação do serviço terceirizado. O projeto de lei aprovado pela Câmara aproxima o Brasil de países com legislação trabalhista mais moderna, adequada às relações de trabalho da atualidade”, explicou.

O PL 4.302/1998, aprovado em 22 de março, aguarda sanção do presidente da República, Michel Temer. O outro projeto que também trata da terceirização (PLC 30/2015) ainda tramita no Senado Federal.

CONFIRA O QUE MUDA

TERCEIRIZAÇÕES MAIS AMPLAS NA NOVA LEI

A LEI APROVADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS CONCEDE PERMISSÃO PARA AS EMPRESAS TERCEIRIZAREM A ATIVIDADE-FIM. ANTES, NA AUSÊNCIA DE UM MARCO LEGAL, A TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM OBEDECEIA O ENTENDIMENTO DA SÚMULA 331 DO TST



LIMITE DE TEMPO DO TRABALHO TEMPORÁRIO MAIOR

180 + 90

DIAS

PRORROGAÇÃO

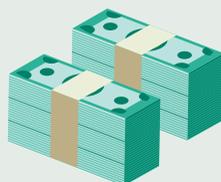
CRIADA A POSSIBILIDADE DE QUARTEIRIZAÇÃO

UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO PODE CONTRATAR MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA



RESPONSABILIDADE PELAS VERBAS TRABALHISTAS

MANTIDA A REGRA DA SUBSIDIARIEDADE (EM OPOSIÇÃO À SOLIDARIEDADE). EXIGE QUE A COBRANÇA DOS DÉBITOS TRABALHISTAS SE DIRECIONE PRIMEIRO À EMPRESA TERCEIRIZADA, EMPREGADORA DO TRABALHADOR, PARA, SÓ APÓS, EXECUTAR A EMPRESA TOMADORA DO SERVIÇO TERCEIRIZADO



INDÚSTRIA CRIATIVA SE CONSOLIDA NO ESTADO DO RIO: CONHECIMENTO E CRIATIVIDADE SÃO INSUMOS PRINCIPAIS DE 5,5% DAS EMPRESAS

Empresas que lidam com conhecimento aumentam sua participação no mercado fluminense. Não por acaso, o estado do Rio oferece a maior remuneração aos trabalhadores desse segmento econômico, além de concentrar a maior proporção de empreendimentos criativos do país. São 25 mil estabelecimentos, o que corresponde a 5,5% de todas as empresas fluminenses.

O rendimento médio dos profissionais fluminenses foi de R\$ 9.826 em 2015, quase três vezes superior quando comparado ao Ceará (R\$ 3.424) e o dobro de Minas Gerais (R\$ 4.973). O estado de São Paulo aparece em segundo

lugar, com a média de R\$ 6.977. “O Rio de Janeiro tem uma vantagem competitiva em relação aos outros estados, inclusive São Paulo. Isso se reflete na remuneração dos profissionais, que se destacam por conseguir agregar valor aos produtos, seja através de um design mais criativo ou de uma solução inovadora”, explica Gabriel Pinto, gerente de Indústria Criativa do Sistema FIRJAN. O mercado de trabalho desse setor é transversal: contempla profissionais de diversos segmentos, do audiovisual à indústria da construção civil.

O estado do Rio ocupa também a segunda posição em relação à geração de riquezas (R\$ 24,1

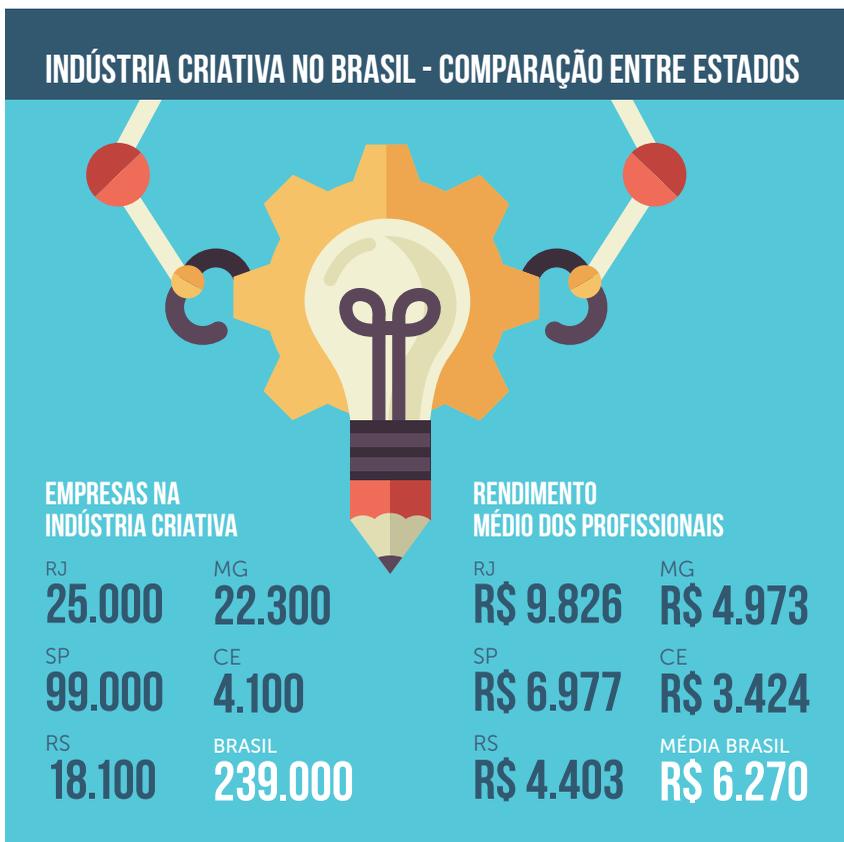
bilhões) e empregados no setor (99 mil), atrás de São Paulo – R\$ 73,5 bilhões em PIB criativo e 328 mil profissionais. “São Paulo é um estado economicamente forte, além de grande em tamanho populacional, o que justifica seus números. Por outro lado, o Rio possui vocação no tema, o que é justificado, entre outros fatores, pelo número de empresas criativas”, observa o gerente da Federação.

A Indústria Criativa tem um evidente caráter estratégico, em especial em um cenário de crise econômica. Por isso, as empresas fluminenses investem na inovação para conquistar novos mercados, garantindo o papel de destaque do estado.

“Graças à Oficina SENAI Design, em 2012, montamos um novo modelo de negócios focado na criatividade. Apostamos em desenhos autorais e móveis fabricados artesanalmente”, explicou Rogério Noel, diretor Comercial na Elon Móveis de Design.

Já Carla Pinheiro, proprietária da Art Leve Design de Joias começou a investir em impressão 3D para prototipagens, o que permitiu a criação de um design diferenciado: “Essa iniciativa proporcionou mais oportunidades de design, como peças mais leves e arrojadas, além de maior produtividade. Com o processo de modelagem antigo, isso jamais seria possível”.

Os dados são do Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil do Sistema FIRJAN, que acompanha o desenvolvimento do setor nos estados. Acesse a íntegra em www.firjan.com.br/economiacriativa.



SENAI FABLAB CHEGA ÀS REGIÕES LESTE E SUL FLUMINENSE

O SENAI, em parceria com o Grupo PSA, amplia sua rede de FabLabs no estado do Rio, chegando às unidades de Niterói e Resende. A instituição de educação profissional foi a primeira do Brasil a adotar os laboratórios, que concentram equipamentos modernos e fazem parte de uma rede mundial criada pelo Center for Bits and Atoms, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

As novas unidades contam, entre outros equipamentos tecnológicos, com impressora 3D, *scanner*, *software* para modelagem, máquinas de corte a laser, cortadora de vinil, usinagem CNC e modelagem à vácuo para a elaboração de projetos voltados para a prototipagem.

Edson Melo, gerente de Educação Profissional do SENAI, afirma que, nos dias atuais, é imprescindível que os futuros profissionais da indústria estejam aptos para resolver problemas reais das empresas. "Os SENAI FabLabs foram criados para desenvolver competências e diferenciais para esses futuros profissionais da indústria. Além disso, como o projeto está conectado a outros laboratórios da rede, os alunos terão a oportunidade de trocar informações com estudantes do mundo todo", explica o gerente.

DESAFIO SENAI+INDÚSTRIA

Nas duas unidades, foram implantadas também as salas Pré-Acelera, do Desafio SENAI+Indústria. O programa pré-acelera está apoiando 20 projetos integradores dos alunos de cursos técnicos da instituição. Durante quatro meses, os estudantes utilizarão os espaços de *coworking* dessas unidades para, acompanhados por uma mentoria, fazerem testes, protótipos e planos de negócios. Ao final, os projetos serão apresentados a potenciais investidores.



Vinicius Magalhães

Empresários conhecem o FabLab de Niterói: tecnologia para qualificação profissional

"A solução apresentada pelos alunos do SENAI foi excelente, assim como a infraestrutura do FabLab onde esses estudantes aprendem"

Alessandro Ferreira
Gestor de Recursos Humanos da Marcopolo

O gestor de Recursos Humanos da Marcopolo, Alessandro Ferreira, apresentou como desafio a otimização do processo de acoplamento da carroceria ao chassi de um veículo e gostou do resultado: "A solução apresentada pelos alunos do SENAI foi excelente, assim como a infraestrutura do FabLab onde esses estudantes aprendem. Podemos comparar com outras cidades tecnológicas do país e do mundo".

Em Resende, junto com o FabLab e a sala Pré-Acelera, foi inaugurado o Espaço Maker, terceiro laboratório

para criação e experimento de estudantes da rede SESI, onde os alunos são estimulados a desenvolver projetos que solucionem problemas do dia a dia. No espaço aconteceu o Torneio SESI VEX Robótica, em que jovens foram desafiados a trabalhar em equipe para montar os robôs autônomos e cumprir as missões propostas na mesa de competição.

A unidade também sediou o Hackathon, evento no qual pessoas de diferentes áreas de conhecimento trabalham em conjunto em uma "maratona hacker", buscando desenvolver soluções para um desafio específico. As duas últimas iniciativas foram parcerias do SESI com a ETC Brasil.

Os SENAI FabLabs de Niterói e Resende foram apoiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As inaugurações aconteceram em 24 e 31 de março, respectivamente. Os FabLabs também estão nas unidades de Benfica, Nova Friburgo e Campos.

AMPLIAÇÃO DE OPÇÕES DE TRANSPORTE E SANEAMENTO PODEM ALAVANCAR PPPs E CONCESSÕES NO ESTADO DO RIO

O transporte hidroviário é uma das áreas com grande potencial para Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões no estado do Rio. O setor trará oportunidades para a iniciativa privada com o novo projeto de licitação das barcas, cujo estudo preliminar inclui duas propostas do Sistema FIRJAN para ligações entre Praça XV-São Gonçalo e Praça XV-Aeroporto do Galeão/Ilha do Fundão.

Segundo estudo da Federação, essas linhas, juntas, podem reduzir em 47,5% o congestionamento em horários de pico nos corredores de transportes coincidentes, nos quais as linhas teriam influência na potencial captura de passageiros. Já no município do Rio, está em estudo a implantação de projeto hidroviário, também defendido pela FIRJAN, no complexo lagunar da Barra da Tijuca, criando conexão com a Linha 4 do Metrô. Luiz Césio Caetano, presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Leste Fluminense, destaca que a ampliação do sistema hidroviário é importante para otimizar o tempo e o custo de deslocamento entre os municípios: "São alternativas importantes para melhorar o transporte de massa fluminense".

Outro setor que pode alavancar investimentos é o de saneamento, com a concessão do serviço da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). Nesse modelo de gestão, a empresa pública manteria a produção da água, e o setor privado seria responsável pela distribuição. Dessa forma, a Cedae obteria recursos por meio do volume de água vendido às concessionárias. O valor arrecadado seria investido nos municípios em que não há viabilidade para concessão, contribuindo para a evolução da cobertura do sistema.

"Os projetos apresentados pelo Sistema FIRJAN levam até 12 meses para ficar prontos para licitação, uma vez que já eliminamos as fases de seleção e análise primária de viabilidade econômica. Então, é preciso que se iniciem agora os estudos de estruturação dos projetos", explicou Riley Rodrigues, gerente de Estudos de Infraestrutura da FIRJAN. Ele considera necessária a adoção de medidas que aumentem a segurança de investidores. Entre as ações sugeridas estão a adequação da legislação para reduzir o risco dos empreendimentos e a possibilidade de empresas estrangeiras serem líderes de consórcio.

De acordo com cálculos da Federação, o estado e os municípios do Rio têm projetos a serem concedidos à iniciativa privada que podem gerar R\$ 41,1 bilhões em negócios. "O governo, que está com pouca capacidade de investimento, pode melhorar a oferta de serviços à população delegando sua gestão a quem tem competência e recursos para isso. As PPPs e concessões são uma agenda positiva que devemos implantar para o desenvolvimento socioeconômico fluminense", concluiu Sérgio Duarte, vice-presidente da Federação e presidente da Vitális/Chinezinho.

O tema foi discutido no Fórum de Desenvolvimento do Rio, realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em 21 de março.

Divulgação/CCR



A ligação hidroviária entre a Praça XV e o Aeroporto do Galeão é uma das propostas da FIRJAN para desafogar o tráfego

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). **Presidente:** Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira. **1º Vice-presidente:** Carlos Mariani Bittencourt. **2º Vice-presidente:** Carlos Fernando Gross. CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do Sistema FIRJAN. Prêmio Aberje Brasil 1999-2000. Prêmio Aberje Rio 1999-2000-2001. **Gerência Geral de Comunicação e Marketing:** Juliane Oliveira e Lorena Storani. **Editada pela Insight Comunicação.** **Editor Geral:** Coriolano Gatto. **Editora Executiva:** Kelly Nascimento. **Redação:** Laís Napoli e Nathalia Curvelo. **Revisão:** Geraldo Pereira. **Fotografia:** Fabiano Veneza. **Projeto Gráfico:** DPZ. **Design e Diagramação:** Paula Barrenne. **Produtor Gráfico:** Ruy Saraiva. **Impressão:** Imos Gráfica e Editora.

SISTEMA FIRJAN - Avenida Graça Aranha 1 • CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro • Tel.: (21) 2563-4455 • www.firjan.com.br

FISCALIZAÇÃO: ACOMPANHAMENTO DAS LEIS É PRINCIPAL DESAFIO DAS EMPRESAS NO ATENDIMENTO ÀS OBRIGAÇÕES

O desconhecimento da legislação é um dos principais gargalos enfrentados pelos empresários no atendimento à fiscalização, aspecto primordial para a sustentabilidade dos negócios. De acordo com Gustavo Kelly Alencar, consultor Jurídico do Sistema FIRJAN, ter informações consistentes sobre os procedimentos legais, com a formação de uma equipe especializada, pode evitar que as empresas sejam penalizadas pelos órgãos fiscalizadores.

“O grande desafio do empresário é estar a par das leis aplicáveis à sua atividade. A empresa não é obrigada a ter um profissional especializado em cada área de interesse, mas dispor de um corpo técnico atualizado com as legislação é importante. Sempre que um associado nos procura com um problema específico nós o orientamos sobre como proceder”, afirmou o consultor.

Alencar destaca que, além de atuar de acordo com a legislação, é necessário que as empresas façam acompanhamento sobre como sua cadeia de fornecedores atua no cumprimento das regras. “Isso é fundamental, porque às vezes o problema está justamente com o fornecedor. Existem casos em que, se o empresário faz contrato com uma empresa e esta comete um erro, é ele quem acaba sendo responsabilizado por isso”, explicou.

Para Marcelo Pimenta, sócio da Mineração Pimenta, conhecer as exigências feitas pelos diferentes tipos de fiscalização também é importante para que as indústrias saibam identificar os seus direitos.

FISCALIZAÇÃO: O QUE O EMPRESÁRIO DEVE SABER

ORIENTAÇÕES GERAIS

- OS PREPARATIVOS PARA O BOM ATENDIMENTO À FISCALIZAÇÃO COMEÇAM COM O ARMAZENAMENTO CORRETO DE DOCUMENTOS E DADOS CONTÁBEIS.
- TODOS OS DOCUMENTOS DEVEM SER SOLICITADOS POR ESCRITO.
- O PROFISSIONAL QUE ATENDE À FISCALIZAÇÃO DEVE SER PRESTATIVO, CONSIDERANDO A AÇÃO FISCALIZADORA DE MANEIRA PROFISSIONAL.
- A EMPRESA DEVE ESTAR CIENTE DE QUE A FISCALIZAÇÃO PODE ENVOLVER TODO E QUALQUER ASPECTO DE SUA ATIVIDADE EMPRESARIAL E QUE É SEU DEVER ATENDÊ-LA.

CAUTELAS COM RELAÇÃO A FORNECEDORES

- A CADA ANO, PEÇA QUE O PRESTADOR DE SERVIÇO EM CARÁTER PERMANENTE APRESENTE SUA INSCRIÇÃO MUNICIPAL.
- VERIFIQUE CONTRATOS DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO PARA ESTAR CIENTE DOS CASOS DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.
- FIQUE ATENTO AO QUE A LEGISLAÇÃO PREVÊ COM RELAÇÃO AO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN). DEPENDENDO DO SERVIÇO, O TRIBUTOS DEVE SER PAGO NO MUNICÍPIO EM QUE A EMPRESA CONTRATANTE TEM SEDE OU NO LOCAL DA PRESTAÇÃO.



“Assim, podemos identificar se os prazos e procedimentos que estão estabelecidos na legislação estão sendo respeitados pelos órgãos fiscalizadores”, alertou Pimenta, que também é coordenador da Comissão Intermunicipal FIRJAN/CIRJ em Magé e Guapimirim.

Para obter orientação da FIRJAN sobre como proceder com as fiscalizações, entre em contato com seu sindicato.

A fiscalização nas empresas foi tema de palestra na Comissão Intermunicipal, em 21 de março.

As agências de fomento têm papel fundamental para estimular o desenvolvimento econômico e apoiar o setor produtivo. No estado do Rio, uma das instituições que têm essa missão é a Agência Estadual de Fomento (AgeRio). Em entrevista à Carta da Indústria, **Edson Macedo**, superintendente de Participações, Parcerias e Produtos da AgeRio fala sobre as oportunidades para financiamento e as linhas disponíveis para novos negócios. Ele participou do Conselho Empresarial de Tecnologia do Sistema FIRJAN, em março.



OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO PARA INOVAÇÃO

CARTA DA INDÚSTRIA – Em tempos de crise, qual é o planejamento da AgeRio para continuar investindo em inovação?

EDSON MACEDO – Em inovação, especificamente, temos o apoio via fundos de investimento, com alguns que ainda têm bastante recurso para aportar nas empresas. Uma startup, que em geral não tem perfil de crédito, precisa de *private equity* ou subvenção econômica. Esta última modalidade não está disponível no mercado, porque as agências de fomento que trabalhavam com subvenção estão todas com dificuldades financeiras. Então, o que sobrou para essas empresas de base tecnológica são os *private equity* de investimento-anjo ou de fundos, e é assim que atuamos com elas. Já para as companhias que estão com um maior grau de maturidade e de fato têm projeto que vai alavancá-las, temos uma oportunidade grande de eventualmente fazer projetos para redução de custos ou para substituir fornecedores de outros estados.

CI – Quais são as atuais oportunidades de investimento diante da crise econômica pela qual passamos?

EM – Estamos com foco grande nessa estruturação com fornecedores. Sabemos que empresas têm passado por dificuldade, e algumas de fato não possuem mais perfil para tomar crédito. A AgeRio não consegue atender companhias que já estejam nesses gargalos, pois é uma instituição financeira com regulamentação do Banco Central, não tem fundo para salvar empresas.

Trabalhamos com a intenção de buscar empresas que possuam condições de se estabelecer e fazer um projeto. Mas desde que a companhia tenha um projeto para se alavancar, não temos restrição a setores.

CI – Quais são as linhas de financiamento da AgeRio disponíveis para novos negócios e startups?

EM – A principal hoje, e a mais favorável para o mercado em geral, é o Finep Inovacred, voltado para a inovação, com taxa de 7,5% ao ano, que é bastante convidativa. É uma linha de financiamento com 24 meses de carência, algo fora do padrão de mercado. Além disso, a linha tem um leque amplo de itens financiáveis. Sendo um projeto de inovação, financia basicamente qualquer coisa que a empresa precise para viabilizar seu projeto, desde máquinas e equipamentos a consultoria e treinamentos.

CI – Quais são as exigências para o empresário ter acesso a recursos financeiros da agência?

EM – As duas principais, que as empresas têm encontrado mais dificuldade, é demonstrar capacidade de pagamento, ou com o fluxo de caixa que já tem ou com a estruturação de um bom plano de negócios na elaboração de um projeto; a outra exigência são as garantias. Um mix de estruturação de garantias é muito importante. Nós somos uma instituição pública, e precisamos prestar conta dos financiamentos que fazemos. Por isso é necessário ter um mínimo de garantias para constituir aportes.